



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº 23/2026
Processo Administrativo: 46/2026

Modalidade:	Pregão eletrônico-SRP
Critério de julgamento:	Menor preço
Modo da disputa	ABERTO/FECHADO
Limite de acolhimento das propostas:	07/07/2026 as 09h59min (Horário de Brasília)
Data e horário da sessão:	07/07/2026 as 10h00min (Horário de Brasília)
Site para a realização da licitação:	www.licitanet.com.br
Amparo legal:	Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 072/2023, e Decreto municipal 042/2023, Lei Complementar nº 123/06 e alterações.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

Pedidos de esclarecimentos, impugnações, propostas, habilitação, recursos administrativos, serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico do Portal de Compras LICITANET no endereço WWW.LICITANET.COM.BR.

Se no dia supracitado não houver expediente, a abertura deste pregão será realizada no 1º (primeiro) dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal que se seguir, no mesmo horário.

No site indicado serão realizados os seguintes procedimentos pertinentes a este pregão:

- Recebimento da “Proposta” e “Documentação”;
- Abertura da “Proposta” e exame de conformidade das propostas;
- Divulgação dos licitantes classificados e dos desclassificados;
- Condução dos trabalhos relativos aos lances;
- Abertura da “Documentação” do licitante detentor do menor preço e exame da habilitação;
- Quaisquer outros procedimentos que se fizerem necessários à realização deste pregão.
- As decisões do Pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados durante a sessão, lavradas em ata, ou por ofício, com comprovação de seu recebimento. O resultado final do certame também será divulgado no Portal da Transparência, no endereço eletrônico: parintins.am.gov.br.

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
11. DOS RECURSOS	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

Toda a comunicação referente a este certame, até a adjudicação, deverá ser realizada em campo próprio do sítio www.licitanet.com.br.

PREÂMBULO

A PREFEITURA DE PARINTINS - AM, por intermédio COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO, nomeados através do Decreto nº 042/2023, torna público que fará realizar a licitação na modalidade pregão eletrônico, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Decreto nº 8.538/2015 do Decreto Municipal nº 042/2023, 072/2023 e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e regulamentares e subordinados às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Edital fica disponível aos interessados no site <https://transparencia.parintins.am.gov.br/> e no endereço www.licitanet.com.br no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacao@parintins.am.gov.br ou poderá ser retirado no setor de Licitações, situado na Rua Jonathas Pedrosa, nº 071, Centro, CEP 69.152-190, Parintins/AM no horário de 08h00min as 12h00min

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto A Contratação de empresa (s) especializada(s) para prestação de serviços de comunicação visual, impressão digital e serviços gráficos, incluindo confecção, fornecimento e instalação de materiais institucionais, destinados ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal de Parintins/AM.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que:

3.2. Atuem no ramo da atividade pertinente ao objeto do certame;

3.3. Sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos;

3.4. Que estiverem previamente credenciado, juntamente com os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no Portal Licitanet (www.licitanet.com.br), até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015 Decreto 072/2023 e 042/2023.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos **itens 8 a 8.33 do Termo de Referência**.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Modelo;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 00,01 (UM.)Centavo .

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.8 e 4.5 deste edital em cumprimento aos Decretos 042/2023 e 072/2023.

7.6. Nos processos de licitações públicas do Município de Parintins-AM deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Micro Empresas-ME e Empresas de Pequeno Porte- EPP, agricultores familiares e produtores rurais, pessoa física, Micro Empreendedores Individuais-MEI e sociedades Cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e sub-regional.

I – Considera-se âmbito local as empresas sediadas exclusivamente nos limites geográficos do Município de Parintins-AM.

II – Considera-se âmbito sub-regional as empresas exclusivamente sediadas nos municípios da Região do Baixo Amazonas, (9ª Sub-Região) que trata o art. 26, inciso IX da Constituição do Estado do Amazonas, assim incorporados: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Atumã e Urucará.

III – Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

IV – Constatando que as empresas que ficarem empatadas dentro da margem dos 10%(dez por cento) sejam ME e EPP, o critério de desempate será a prioridade para a empresa que se estabeleça no âmbito sub-regional ou local.

V - Admitir-se-á a participação de sociedades cooperativas nas licitações e contratações.

§ 1º O disposto no “caput” deste artigo não se aplica à associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões, que não detenham qualquer meio de produção e cujos serviços sejam prestados de forma individual pelos seus associados.

7.7. § 2º Fica vedada a participação de cooperativa de mão de obra nas licitações e sua contratação, ainda que o objeto licitado ou contratado se enquadre na atividade direta e específica para a qual foi constituída, quando o trabalho a ser executado, por sua natureza, demandar execução em estado de subordinação e dependência, quer em relação ao fornecedor, quer em relação ao Município de Parintins.

7.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.9.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.9.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. conter vícios insanáveis;

7.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável ou não atendam solicitação do Pregoeiro.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (ou seja) a propostas que tiverem desconto acima de 25% (vinte e cinco por cento) será considerada inexequível..

7.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.12.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta por meio de contratos, Atas de Registro de Preços, notas fiscais de entrada, notas fiscais de saída, declaração de exequibilidade, acompanhados de planilhas de composição de custos.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 e solicitado pelo pregoeiro dentro do prazo mínimo de 2(duas) horas.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Portal LICITANET se este estiver de acordo com a exigência do edital, sendo de responsabilidade do licitante fornecedor as atualizações e substituição dos documentos desatualizados.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico que possa ser consultado em sites oficiais fornecedor do documento preexistente.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio dos documentos exigidos no edital, solicitados pelo pregoeiro(a) inseridos no link Habilitanet, os documentos por ele abrangidos no art.62 da Lei 14.133/2021.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no portal LICITANET e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros e suas substituições tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Edital serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro no chat e por este autorizado.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no sistema Cadastral do LICITANET e Habilitanet ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, e que os documentos sejam referente a fatos preexistentes a data da licitação (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito e habilitação e de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a objeto pretendido, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro do Cadastro de Reserva:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, no site www.licitanet.com.br,

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (www.licitanet.com.br) .

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 14.11.3. ANEXO III – Modelo de proposta de preço.
- 14.11.4. ANEXO IV – Decreto 42/2023 – PGMP

Parintins/AM, 22 de junho de 2026.

Amauri Marinho Farias
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 029/2023PGMP



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto

- 1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de comunicação visual, impressão digital e serviços gráficos, incluindo confecção, fornecimento e instalação de materiais institucionais, destinados ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal de Parintins/AM.
- 1.2. Descrição detalhada do objeto encontra-se no anexo I deste TR
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei 14.133/2021.

Da Quantidade

- 1.4. A Fundamentação da quantidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Vigência e assinatura

- 1.5. O contrato terá vigência inicial de 12 meses, com possibilidade de prorrogação conforme as necessidades da Administração e as disposições legais vigentes.
- 1.6. O instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Do Reajuste, Alteração ou Atualização dos Preços

- 1.7. Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:
- 1.7.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.7.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços;
- 1.7.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

1.7.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.7.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.8. Decorrido 01 (UM) ano de vigência da Ata de Registro de Preços ou do Contrato e havendo prorrogação da(o) mesma(o), será concedido reajuste, adotando-se a variação no período do IGPM, ou outro índice econômico que vier a substituí-lo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Plurianual da Prefeitura de Parintins.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Das Exigências de Logística e Instalação Local

4.1.1. Devido à condição de insularidade de Parintins e à natureza dos serviços vinculados aos Grupos Estruturais 01 e 02, que demandam instalação física, fixação de estruturas pesadas e manutenção corretiva imediata, a contratada deverá manter, durante a execução do contrato, unidade operacional ou suporte técnico instalado no município.

4.1.2. A justificativa técnica para a exigência contida no subitem anterior pauta-se no isolamento geográfico do município, cujo acesso exclusivo fluvial ou aéreo torna inviável o deslocamento de equipes da capital para reparos emergenciais em sinalização urbana ou montagens de última hora para eventos institucionais, sob risco de perecimento do objeto e dano ao erário. A presença local garante a imediata resposta a intempéries climáticas típicas da região amazônica.

4.2. Da Regularidade Operacional e Segurança

4.2.1. A contratada deverá apresentar Alvará de Funcionamento vigente, expedido pela autoridade municipal competente, comprovando a aptidão para o exercício das atividades de comunicação visual e gráfica em ambiente industrial ou comercial, garantindo a observância das normas de zoneamento e posturas municipais.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

4.2.2. Para os serviços de instalação dos itens que compõem o Grupo Estrutural 01, é requisito obrigatório o cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especificamente a NR-35 (Trabalho em Altura), dado o porte e a complexidade das estruturas de fachada e totens previstos.

4.3. Dos Padrões de Qualidade e Referência

4.3.1. Em regra, é vedada a indicação de marcas. Contudo, para fins de referência de qualidade e durabilidade frente ao clima equatorial (alta umidade e radiação UV severa), os materiais (lona, adesivos e tintas) deverão possuir desempenho "equivalente ou superior" aos padrões de mercado de primeira linha, assegurando garantia mínima contra desbotamento precoce.

4.3.2. Devido à natureza comum dos objetos, não se vislumbra a necessidade de prova de conceito. Contudo, a Administração reserva-se o direito de exigir, na fase de aceitação da proposta, a apresentação de amostras físicas (mosaico de materiais e provas de cor) para os itens que integram o Grupo Estrutural 03 (Gráfico Editorial), a fim de verificar a gramatura do papel e a fidelidade cromática da impressão de segurança.

4.4. Da Acessibilidade e Sustentabilidade

4.4.1. Os projetos de sinalização física atrelados ao Grupo Estrutural 01 deverão obrigatoriamente observar as diretrizes da ABNT NBR 9050, garantindo o uso de sinalização tátil (Braille), contrastes visuais adequados e altura de instalação que não obstrua o fluxo de pessoas com deficiência.

4.4.2. Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a contratada deverá priorizar o uso de tintas à base de água ou com baixos índices de VOC (Compostos Orgânicos Voláteis) em todos os grupos estruturais.

4.4.3. A contratada deverá dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos de solventes e retalhos de lona ou ACM, em estrita observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.4.4. É obrigatória a utilização de papéis com certificação de origem florestal (FSC ou equivalente) especificamente para os itens pertencentes ao Grupo Estrutural 03.

4.5. Da Vistoria Técnica

4.5.1. Dada a dispersão dos prédios públicos e as particularidades de instalação em solo parintinense, faculta-se aos licitantes a realização de vistoria técnica.

4.5.2. Caso as licitantes optem por não realizar a vistoria técnica, deverão apresentar declaração formal assinada por seu responsável técnico afirmando que possuem pleno conhecimento das



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

condições locais e das dificuldades logísticas intrínsecas da região, não podendo alegar desconhecimento posterior para pleitear reequilíbrios econômicos ou dilação de prazos.

4.6. Da Subcontratação

4.6.1. Considerando que o objeto é fracionado em grupos estruturais específicos justamente para permitir a participação direta de empresas especializadas em cada segmento de mercado, não será admitida a subcontratação do objeto principal.

4.6.2. A vedação da subcontratação visa garantir a responsabilidade técnica e jurídica direta da empresa detentora da ata pela execução, segurança e qualidade dos serviços contratados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Este item define a dinâmica operacional da contratação, estabelecendo as rotinas desde a solicitação até o encerramento do ciclo de entrega, considerando as especificidades logísticas de Parintins/AM.

5.1. Da Dinâmica e Rotina de Execução

5.1.1. A execução do objeto iniciará em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento (OF) pela Contratada.

5.1.2. As entregas e instalações ocorrerão na sede do Município de Parintins. A Contratada é a única responsável pelo transbordo (fluvial ou aéreo) e pela logística terrestre interna, devendo prever o regime de águas e escalas de embarcações.

5.1.3. O horário de recebimento seguirá o expediente da Prefeitura (08:00h às 14:00h). Todavia, em períodos de eventos institucionais de grande porte (como o Festival Folclórico), a Contratada deverá manter regime de disponibilidade 24/7, mediante convocação prévia.

5.1.4. Para os itens que demandam diagramação gráfica, vetorização ou artes criativas pertencentes aos Grupos Estruturais 02 e 03, a Contratada deverá submeter prova digital para aprovação da Secretaria solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas antes da produção definitiva.

5.2. Do Controle, Transparência e Relatórios

5.2.1. Toda demanda deverá ser registrada em sistema ou planilha de controle contendo: a indicação do Grupo Estrutural correspondente, unidade demandante, volume solicitado, data/hora e identificação do responsável técnico.

5.2.2. É obrigatória a entrega de Relatório Mensal de Execução até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, detalhando os serviços realizados por secretaria.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

5.2.3. O descumprimento do prazo de entrega do relatório ensejará o bloqueio imediato de novas solicitações para a unidade inadimplente até a devida regularização.

5.2.4. A Administração promoverá a emissão de relatórios públicos trimestrais para fins de transparência e fiscalização pelos órgãos de controle (TCE-AM).

5.3. Dos Mecanismos de Comunicação

5.3.1. A comunicação oficial ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico (e-mail ou sistema de gestão), utilizando-se obrigatoriamente Ordens de Serviço ou de Fornecimento.

5.3.2. A Contratada deverá designar preposto com autonomia para decisões operacionais, facilitando a resolução de intercorrências logísticas na ilha.

5.4. Do Recebimento e Aceitabilidade

5.4.1. Recebimento Provisório: Ocorrerá no ato da entrega ou término da instalação para conferência de volumes e integridade. O responsável terá até 05 (cinco) dias para análise preliminar.

5.4.2. Recebimento Definitivo: Ocorrerá em até 15 (quinze) dias após o provisório, mediante atesto do Fiscal do Contrato, após verificação técnica minuciosa.

5.4.3. Critérios de Aceitabilidade Técnica:

- Conformidade Visual: Ausência de erros ortográficos, distorções de cores ou borrões;
- Qualidade de Insumos: Uso de materiais com proteção nos itens vinculados aos Grupos Estruturais 01 e 02, bem como as gramaturas e texturas de papel especificadas para os itens do Grupo Estrutural 03.;
- Segurança Estrutural: Instalações perfeitamente fixadas e apuradas, sem riscos a terceiros;
- Logística Integral: O objeto só será considerado entregue quando disponibilizado na repartição de destino, não sendo aceita a simples entrega em portos ou agências de carga.

5.5. Da Garantia e Manutenção

5.5.1. A Contratada deverá garantir a assistência técnica e reparos em elementos de comunicação visual pertencentes ao Grupo Estrutural 01 no local da repartição, devendo o técnico deslocar-se à unidade administrativa em até 48 (quarenta e oito) horas após o chamado para correções urgentes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas, as Ordens de Fornecimento emitidas e as normas



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial.

6.2. Na hipótese de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão temporária da contratação, o prazo de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, devendo tais ocorrências ser registradas por meio de apostilamento no processo administrativo.

6.3. As comunicações entre a Prefeitura Municipal de Parintins/AM e a empresa contratada deverão ser realizadas por escrito, admitido o uso de meio eletrônico oficial ou sistema interno de comunicação institucional.

6.4. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura poderá convocar representante da contratada para reunião inicial (reunião de alinhamento), com apresentação:

6.4.1. Do fluxo de solicitações de fornecimento;

6.4.2. Do plano de fiscalização do contrato;

6.4.3. Das obrigações contratuais essenciais;

6.4.4. Das penalidades aplicáveis;

6.4.5. Do cronograma de entrega e recebimento.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(es) do Contrato, designado(s) por portaria, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. A Prefeitura Municipal de Parintins/AM designará um responsável para acompanhar e registrar as entregas dos materiais de expediente nas unidades requisitantes.

Fiscalização Administrativa

6.7. O Fiscal Administrativo verificará:

6.7.1. A manutenção das condições de habilitação da contratada;

6.7.2. A regularidade fiscal exigida no momento do pagamento;

6.7.3. A correta emissão de empenho, liquidação e pagamento;

6.7.4. Eventuais glosas, apostilas ou pedidos de reequilíbrio contratual.

6.8. Quando houver descumprimento das obrigações pactuadas, o Fiscal Administrativo deverá atuar imediatamente para solução ou encaminhar o fato ao Gestor do Contrato, quando exceder sua competência.

6.9. A cada entrega, o Fiscal Administrativo elaborará Relatório de Recebimento, contendo:

6.9.1. Data e hora da entrega;

6.9.2. Quantidade recebida;

6.9.3. Estado de conservação;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

6.9.4. Conformidade com especificações e validade;

6.9.5. Indicação de eventuais não conformidades.

6.10. Esse relatório deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

Gestor do Contrato

6.11. O Gestor do Contrato coordenará o acompanhamento geral, mantendo atualizados no processo administrativo os registros formais do contrato, como:

6.11.1. Ordens de fornecimento;

6.11.2. Relatórios de fiscalização;

6.11.3. Ocorrências;

6.11.4. Substituições de produtos;

6.11.5. Apostilamentos e aditivos, quando houver.

6.12. O Gestor acompanhará as ações dos fiscais, consolidando informações e informando à autoridade superior sempre que necessário.

6.13. O Gestor verificará a regularidade da contratada antes de cada liquidação e pagamento, registrando eventuais impedimentos no Relatório de Riscos Eventuais.

6.14. O Gestor emitirá documento de Avaliação de Desempenho da Contratada, considerando:

6.14.1. Qualidade dos produtos entregues;

6.14.2. Cumprimento de prazos;

6.14.3. Atendimento às condições sanitárias;

6.14.4. Substituições realizadas.

6.15. Esse documento integrará o Cadastro de Desempenho Contratual do Município.

6.16. Caso haja infração contratual, o Gestor adotará providências para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

6.17. Ao término da vigência contratual, o Gestor elaborará Relatório Final de Execução, avaliando:

6.17.1. O atendimento do objeto;

6.17.2. A eficiência da entrega;

6.17.3. Pontos críticos e medidas de melhoria.

6.18. O Gestor encaminhará ao Setor de Contratos e Compras a documentação necessária para a liquidação e pagamento, conforme valores apurados na fiscalização.

7. CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

Liquidação

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante liberação dos recursos e contados a partir da entrega da Nota Fiscal, relativa aos objetos entregues, desde que os mesmos estejam de acordo com a Autorização de Fornecimento.

7.2. A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com as Guias de Autorização de Fornecimento anexadas.

7.3. Só serão aceitas e encaminhadas para pagamento as Notas Fiscais que corresponderem fielmente ao que foi solicitado na Autorização de Fornecimento, as quais deverão estar anexas e constar as rubricas do Secretário da Pasta, Secretaria Demandante e Fornecedor(a).

7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1. o prazo de validade;

7.4.2. a data da emissão;

7.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.4.5. o valor a pagar; e

7.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (instrução normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de pagamento

7.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo fornecedor.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Da Natureza do Objeto e Classificação

8.1.1. O objeto é classificado como bem e serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021). 8.1.2. A contratação caracteriza-se como prestação de serviço e fornecimento de bens sob demanda, de natureza não contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

8.2. Do Parcelamento da Contratação

8.2.1. A contratação será realizada de forma parcelada, sendo os itens organizados e distribuídos em 03 (três) Grupos Estruturais distintos, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

8.2.2. O parcelamento balizado em grupos estruturais visa ampliar a competitividade, permitindo que empresas especializadas em diferentes nichos (serralheria estrutural, impressão digital e serviços gráficos editoriais) participem do certame, garantindo a seleção de fornecedores com expertise técnica



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

específica para cada grupo estrutural e otimizando os custos finais para a Administração Pública Municipal. 8.3. Da Modalidade, Forma e Critério de Julgamento

8.3.1. Modalidade: Pregão, na forma Eletrônica, conforme rito estabelecido no Art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

8.3.2. Critério de Julgamento: Menor Preço, observando-se os requisitos mínimos de qualidade e conformidade técnica estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4. Da Forma de Fornecimento e Registro de Preços

8.4.1. A contratação será formalizada mediante Ata de Registro de Preços (SRP), com validade de 12 (doze) meses.

8.4.2. A utilização do SRP justifica-se pela impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato de materiais que serão demandados por cada Secretaria ao longo do exercício, permitindo aquisições parceladas conforme a disponibilidade orçamentária e a necessidade real de consumo na Ilha.

8.5. Das Condições de Participação

8.5.1. É admitida a participação de empresas isoladas, Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Cooperativas, observadas as condições de habilitação previstas no Edital.

8.5.2. Não será admitida a participação de empresas organizadas em consórcio.

8.5.3. A vedação à participação em consórcio justifica-se pelo fato de que o parcelamento em grupos estruturais por afinidade de mercado já atua como o mecanismo principal de fomento à ampla participação, e que a complexidade técnica do objeto — classificado como comum — não exige nem justifica a união de esforços de múltiplas empresas para a execução de um mesmo grupo estrutural.

Habilitação jurídica

8.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal/SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto/Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1,00 (um).

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício financeiro homologado no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

Qualificação Técnica

8.29. Atestado ou certidões fornecidas por pessoa de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo de maneira satisfatória e a contento os produtos de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação.

8.30. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas.

8.31. Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo de 10%, a apresentação e o somatório de diferentes atestados técnicos executados de forma concomitante.

8.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do instrumento contratual



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

Este item estabelece as responsabilidades recíprocas para a garantia da execução contratual, focando na transparência, eficiência logística e conformidade técnica.

9.1. Das Obrigações do Contratante (Administração Pública)

9.1.1. Designar, formalmente, o fiscal e o gestor do contrato para acompanhar e atestar a execução dos serviços e o recebimento dos bens.

9.1.2. Emitir as Ordens de Serviço (OS) ou Ordens de Fornecimento (OF) com as especificações claras, quantitativos e prazos de entrega.

9.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, garantindo acesso aos locais de instalação e fornecendo as informações/artes necessárias em tempo hábil.

9.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e condições estabelecidas no Edital, após o devido atesto do recebimento definitivo.

9.1.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições constatadas na execução do objeto.

9.1.6. Bloquear imediatamente a emissão de novas solicitações de fornecimento ou ordens de serviço, bem como suspender a tramitação de faturas de pagamento da Contratada, caso esta deixe de entregar o relatório mensal consolidado de controle previsto neste Termo de Referência.

9.2. Das Obrigações do Contratado (Empresa Vencedora)

9.2.1. Executar o objeto em estrita observância às especificações técnicas e prazos constantes neste TR e na proposta apresentada.

9.2.2. Assumir integral responsabilidade pela logística de transporte (terrestre e fluvial), incluindo fretes, transbordos para a Ilha de Parintins e seguros, garantindo que o bem chegue à repartição de destino sem danos.

9.2.3. Manter disponibilidade 24/7 (vinte e quatro horas por dia) em períodos de eventos sazonais ou situações de emergência, conforme solicitação da Administração.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

9.2.4. Entregar obrigatoriamente o relatório mensal consolidado até o 5º dia útil do mês subsequente, contendo: categoria de demanda, volume, data/hora, responsável técnico e registro fotográfico (para instalações).

9.2.5. Reparar, refugugar ou substituir, integralmente às suas expensas e no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, qualquer item que apresente vício, defeito, erro de impressão ou desconformidade com a qualidade exigida, tais como desbotamento precoce por radiação solar nos itens dos Grupos Estruturais 01 e 02 ou falhas estruturais de fixação.

9.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2.7. Providenciar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletivos para seus funcionários durante as instalações de placas e fachadas, observando as Normas Regulamentadoras (NRs) vigentes.

9.2.8. Arcar com todos os ônus tributários, previdenciários, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do contrato.

9.3. Do Controle e Transparência

9.3.1. Ambas as partes devem assegurar a documentação de todo o processo de requisição e entrega, favorecendo a fiscalização pelos órgãos de controle e o cumprimento dos princípios da publicidade e eficiência.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

10.1.1. advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.1.2. multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

10.1.3. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

10.1.4. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

10.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;

10.1.6. aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo médio estimado total da contratação é de **R\$ 8.646,123,05 (oito milhões seiscentos e quarenta e seis mil, cento e vinte e três reais e cinco centavos)**, conforme valores unitários constantes da tabela do Anexo I.

A estimativa de preços foi construída com base em **pesquisa de mercado atualizada realizada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, a qual foi **reavaliada e validada nesta fase de elaboração do Termo de Referência (TR)**, com verificação da atualidade das cotações, adequação dos quantitativos e coerência dos parâmetros utilizados. Optou-se pelo reaproveitamento da pesquisa do ETP por ter sido **conduzida diretamente pela unidade demandante**, que detém **conhecimento técnico e operacional mais preciso da sua própria realidade, necessidades e dinâmica de consumo**, o que confere **maior fidedignidade aos preços estimados e aos quantitativos definidos**, além de evitar retrabalho administrativo. Tal procedimento encontra respaldo no **§ 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a utilização de pesquisas anteriores, desde que devidamente atualizadas e validadas.

Para fins de definição do valor de referência, adotou-se o **valor médio das cotações obtidas**, nos termos da **IN SEGES/ME nº 65/2021**, por representar de forma mais equilibrada a realidade de mercado, mitigando riscos de sobrepreço ou inexecutabilidade, em consonância com os princípios da **economicidade, razoabilidade e eficiência**, previstos no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.

As memórias de cálculo, os preços unitários referenciais e os documentos comprobatórios da pesquisa de mercado encontram-se devidamente anexados aos autos, assegurando **transparência, rastreabilidade e segurança técnica** à estimativa orçamentária da contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

12.1. As despesas deste processo ocorrerão por conta da dotação orçamentária vigente, as quais serão apontadas pelo setor de contabilidade no ato que antecede cada aquisição. As informações estarão presentes na C.I. e no instrumento contratual ou substitutivo do contrato.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da 12.2. Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Parintins/Am, 12 de maio de 2026.

Após análise, aprovo este Termo de Referência, considerando que do mesmo constam os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às demandas da Administração.

Christiane Garcia de Jesus
Secretária Municipal de Administração,
Inovação e Empreendedorismo - SEMAD
Decreto nº 026/2026 – PGM

Autorizo na forma da Lei
(Lei nº 14.133/21)

MATEUS FERREIRA ASSAYAG
Prefeito de Parintins



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

ANEXO I

Item 1.2 - Descrição detalhada do objeto.

ITEM	NOME DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MEDIO	PREÇO TOTAL
	Grupo 01 - Comunicação Visual Estrutural, Rígida e Instalações Pesadas				
1	PLACA EM PS 2MM COM PROLONGADOR (20x15 cm) - Placa de poliestireno (PS) 2mm com adesivo digital. Incluso 04 prolongadores em aço inox para fixação com distanciamento da parede.	UN	60	138,25	8.295,00
2	PLACA PS 2MM ADESIVADA - Placa de poliestireno (PS) cristal ou branco de 2mm, com aplicação de vinil adesivo impresso em policromia. Corte reto e acabamento liso. Incluso fita dupla-face de alta resistência para fixação.	M²	100	394,63	39.462,50
3	PLACA PS 3MM ADESIVADA - Placa em PS (Poliestireno) 3mm com aplicação de adesivo vinil em impressão digital. (Mais rígida que a de 2mm).	M²	100	435,00	43.500,00
4	PLACA EM PVC (20X7 CM) - Placa em PVC 3mm com adesivo impresso digitalmente e fixação por fita dupla face. Conforme arte definida pela administração.	UN	200	42,50	8.500,00
5	PLACA EM PVC (25X30 CM) - Placa em PVC rígido 3mm com impressão digital em adesivo vinil. Acabamento fosco ou brilho, resistente a riscos e intempéries leves. Conforme arte definida pela administração.	UN	550	65,00	35.750,00
6	PLACA EM PVC (35X15 CM) - Placa em PVC 3mm com adesivo impresso digitalmente e fixação por fita dupla face. Conforme arte definida pela administração.	UN	200	59,50	11.900,00
7	PLACA EM ACRÍLICO CRISTAL (GABINETES/PORTAS) - Acrílico cristal (3mm). Impressão digital HD ou aplicação de adesivo. Medida: 35x12cm. Incluso fixação. Conforme arte definida pela administração.	UN	243	76,24	18.525,71
8	PLACA EM PVC RÍGIDO (SINALIZAÇÃO INTERNA) - Chapa de PVC rígido (mínimo 2mm). Revestimento em adesivo vinil com impressão digital UV de alta resolução. Ideal para ambientes internos ou áreas protegidas. Conforme arte definida pela administração.	M²	671	636,38	427.007,63
9	PLACA DE INAUGURAÇÃO EM ACRÍLICO - Acrílico cristal de 5mm de espessura, no tamanho 80x60cm. Impressão em adesivo vinil aplicado no verso (garantindo brilho e proteção). Incluso kit de prolongadores em aço inox (2x3cm) para fixação. Conforme arte definida pela administração.	UN	17	638,75	10.858,75
10	PLACA DE INAUGURAÇÃO EM VIDRO 8MM - Vidro temperado 8mm de espessura, tamanho 80x60cm, com lapidação de bordas. Impressão digital em adesivo vinil aplicado no verso. Incluso 04 prolongadores em aço inox (2x3cm). Conforme arte definida pela administração.	UN	42	1.046,25	43.942,50
11	PLACA DE INAUGURAÇÃO EM INOX ESPELHADO - Placa solene em aço inox espelhado (1,5mm), dimensões 80x60 cm. Gravação ou impressão digital UV de alta resistência. Incluso kit de instalação com parafusos prolongadores (espaçadores) em metal. Conforme arte definida pela administração.	UN	10	2.760,00	27.600,00
12	PLACA DE OBRAS TIPO CAVALETE - Estrutura em metalon galvanizado, fechamento em chapa de aço galvanizado nº 18, com aplicação de pintura automotiva resistente. Medida: 100x200cm. Incluso personalização em adesivo ou pintura conforme padrão de sinalização de obras. Conforme arte definida pela administração.	UN	25	1.065,00	26.625,00
13	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM AÇO 18 - Chapa de aço galvanizado 1,25mm (nº 18), com aplicação de banner adesivo de alta performance e acabamento em verniz UV. Resistente a intempéries. Conforme arte definida pela administração.	M²	60	1.207,50	72.450,00
14	PLACA EM ZINCO SINALIZAÇÃO - Chapa de zinco com aplicação de banner adesivado, estrutura em metalon 3x3cm e acabamento em	M²	65	1.043,33	67.816,67



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

	pintura epóxi. Alta resistência à oxidação. Conforme arte definida pela administração.				
15	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO (CHAPA) - Estrutura em tubos de aço galvanizado (Metalon). Revestimento em chapa de aço galvanizado com aplicação de adesivo vinil HD. Medida: 30x30cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	325	335,00	108.875,00
16	PLACA DE INAUGURAÇÃO EM INOX ESCOVADO - Aço inox escovado. Gravação em baixo relevo com preenchimento de cor. Medida: 50x70cm. Incluso kit de fixação com distanciadores cromados. Conforme arte definida pela administração.	UN	50	2.150,00	107.500,00
17	PLACA DE LOGRADOURO REFLETIVA - Chapa em aço galvanizado (mín. 1,2mm). Revestimento em adesivo refletivo de alta performance (grau engenharia). Incluso furação. Conforme arte definida pela administração.	M²	150	1.583,33	237.500,00
18	PLACA EM AÇO GALVANIZADO (SINALIZAÇÃO EXTERNA) - Chapa em aço galvanizado (mínimo 1,2mm). Revestimento em adesivo vinil de alta performance com proteção UV. Ideal para exposição direta ao sol e chuva. Conforme arte definida pela administração.	M²	200	683,33	136.666,67
19	PLACA EM ACM PERSONALIZADA - Placa em Alumínio Composto (ACM) 3mm, tamanho 46x66cm, com aplicação de adesivo vinil em impressão digital. Conforme arte definida pela administração.	UN	300	333,00	99.900,00
20	LETRA CAIXA EM PVC - Letreiro ou logotipo em PVC expandido 20mm, com corte especial e pintura automotiva. Medição por área total instalada. Conforme arte definida pela administração.	M²	150	1.766,67	265.000,00
21	LETRA CAIXA EM METAL - Chapa galvanizada com pintura PU e chumbamento. Conforme arte definida pela administração.	M²	30	2.350,00	70.500,00
22	FACHADA PAINEL PARA SINALIZAÇÃO - Pannel em lona com impressão digital e verniz UV. Estrutura em tubos de aço 2" e metalon 40x40mm, com acabamento em pintura epóxi. Conforme arte definida pela administração.	M²	100	723,33	72.333,33
23	PAINEL EM CHAPA DE ACM 3MM - Chapa de alumínio composto (ACM) 3mm, com face em alumínio de 0,21mm a 0,30mm e acabamento em poliéster. Resistente a intempéries e corrosão. Incluso instalação. Conforme arte definida pela administração.	M²	70	740,00	51.800,00
24	PAINEL COM REVESTIMENTO EM ACM - Pannel em chapa de alumínio composto (ACM) 3mm. Incluso projeto de estrutura metálica para sustentação e fixação. Acabamento técnico para fachadas. Conforme arte definida pela administração.	M²	150	880,00	132.000,00
25	MINI-DOOR COM ESTRUTURA METÁLICA - Estrutura metálica completa (quadro e suporte) para fixação no solo. Pannel em lona com impressão digital de alta resolução. Incluso serviço de montagem e instalação. Conforme arte definida pela administração.	M²	500	617,50	308.750,00
26	PAINEL ESTRUTURADO COM CHAPA E ADESIVO - Estrutura em metalon 25x25mm, fechamento em chapa metálica galvanizada e aplicação de adesivo vinil com impressão digital. Incluso barrote de sustentação e instalação. Conforme arte definida pela administração.	M²	100	936,67	93.666,67
27	PAINEL ESTRUTURADO COM LONA E VERNIZ - Estrutura em metalon 25x25mm, com lona frontal 440g impressa em alta resolução e aplicação de verniz protetor UV. Incluso instalação.	M²	60	630,00	37.800,00
28	PAINEL METÁLICO REFORÇADO (TUBO 3") - Estrutura em metalon 25x25 com sustentação principal em tubo de 3 polegadas. Fechamento em chapa ou lona, com acabamento reforçado e instalação inclusa.	M²	200	800,00	160.000,00
29	BARROTE DE MADEIRA TRATADA 10x10cm Sustentação vertical (pilares). - Vigota de madeira densidade média/alta, aparelhada em 04 faces, tratamento em autoclave (vácuo-pressão) contra fungos/cupins. Destinado à sustentação vertical (pilares) de placas e painéis de solo. Exigência de DOF/Origem Florestal.	M	275	74,33	20.441,67
30	BARROTE DE MADEIRA TRATADA 5x5cm, Travamento e reforço horizontal. - Vigota de madeira aparelhada em 04 faces, tratamento em autoclave. Destinado a travamento horizontal, reforço traseiro de	M	125	46,67	5.833,33



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

	chapas e escoras auxiliares. Garante a rigidez estrutural do conjunto. Exigência de DOF/Origem Florestal.				
31	REMOÇÃO DE PLOTAGEM - Serviço de retirada de adesivos e películas de superfícies e veículos, com limpeza completa de resíduos de cola.	M²	90	96,33	8.670,00
	Grupo 02 - Impressão Digital de Grande Formato, Adesivagem e Premiações		-		
32	ADESIVO POLIMÉRICO 0.10 MICRAS COM ILHÓS - Adesivo polimérico 0.10 micras, personalizado com impressão digital colorida de alta resolução (mínimo 1440 DPI). Acabamento com ilhoses metálicos. Produção conforme arte e manual de identidade visual fornecidos pelo órgão.	M²	80	182,50	14.600,00
33	ADESIVO EM IMPRESSÃO DIGITAL POLIMÉRICO (0,10 MICRAS) COM PROTEÇÃO VERNIZ E INSTALAÇÃO - Adesivo polimérico 0.10 micras, personalizado via impressão digital. Revestimento com verniz protetor UV. Incluso serviço de instalação e adaptação da arte (fornecidos pelo órgão) conforme dimensões do local.	M²	60	240,00	14.400,00
34	ADESIVO EM VINIL PARA LATARIA DE VEÍCULOS - Adesivo vinílico autocolante 0.10 micras com impressão digital em policromia. Acabamento com verniz PU e proteção UV, específico para aplicação automotiva e resistente a lavagens. Conforme arte definida pela administração.	M²	330	217,50	71.775,00
35	ADESIVO PERFURADO PARA VIDROS - Película de vinil microperfurado para superfícies de vidro. Impressão digital em policromia. O material deve permitir visibilidade unidirecional (interior para exterior). Incluso serviço de aplicação técnica. Conforme arte definida pela administração.	M²	86	242,50	20.855,00
36	ADESIVO VINIL PERSONALIZADO – PEQUENO - Adesivo em vinil autoadesivo, impressão digital em policromia (CMYK), com proteção UV, acabamento brilho ou fosco. Medidas aproximadas de 5 x 10 cm, conforme arte da administração.	UN	2.000	3,61	7.225,00
37	ADESIVO VINIL PERSONALIZADO – MÉDIO - Adesivo em vinil autoadesivo, impressão digital em policromia (CMYK), com proteção UV, acabamento brilho ou fosco. Medidas aproximadas de 10 x 15 cm, conforme arte da administração.	UN	950	5,22	4.954,25
38	ADESIVO VINIL PERSONALIZADO – GRANDE - Adesivo em vinil autoadesivo, impressão digital em policromia (CMYK), com proteção UV, acabamento brilho ou fosco. Medidas aproximadas de 18 x 28 cm, conforme arte da administração.	UN	1.240	16,63	20.621,20
39	ADESIVO VINIL TIPO 3M D3000 - Filme vinílico tipo 3M D3000 ou equivalente, impressão digital HD, laminação protetora. Conforme arte definida pela administração.	M²	500	236,67	118.333,33
40	PLOTAGEM AUTOMOBILÍSTICA - Adesivo vinil 0,10g, impressão digital 1440 DPI com aplicação de verniz protetor automotivo.	M²	110	223,75	24.612,50
41	MANTA MAGNÉTICA VEICULAR - Manta magnética com espessura mínima de 0,8mm (alta fixação). Revestimento em adesivo vinil com impressão digital UV e laminação protetora. Resistente a intempéries e velocidades veiculares. Conforme arte definida pela administração.	M²	20	537,50	10.750,00
42	BANNER EM LONA PERSONALIZADO – GRANDE - Banner em lona vinílica 440 g/m² ou equivalente, impressão digital 4x0 cores, acabamento com madeira superior e inferior, ponteiras e cordão para fixação. Medidas aproximadas de 3 x 2 m, conforme arte da administração.	UN	330	846,00	279.180,00
43	BANNER EM LONA PERSONALIZADO – MÉDIO - Banner em lona vinílica 440 g/m² ou equivalente, impressão digital 4x0 cores, acabamento com madeira superior e inferior, ponteiras e cordão para fixação. Medidas aproximadas de 0,90 x 1,20 m, conforme arte da administração.	UN	690	178,50	123.165,00
44	BANNER EM LONA PERSONALIZADO – PEQUENO -Banner em lona vinílica 440 g/m² ou equivalente, impressão digital 4x0 cores, acabamento com madeira superior e inferior, ponteiras e cordão para	UN	1.100	148,50	163.350,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

	fixação. Medidas aproximadas de 0,70 x 1,00 m, conforme arte da administração.				
45	BANNER EM LONA - Impressão digital em lona vinílica 440g, acabamento fosco. Impressão colorida 4x0. Acabamento incluso: Ilhós ou madeira, ponteiros e cordão. Faturamento mínimo de 1,00 m2 por peça. Conforme arte definida pela administração.	M²	600	181,25	108.750,00
46	FAIXA EM TECIDO COM RIPA E CORDA - Tecido sintético com impressão digital de alta resolução. Acabamento em ripas de madeira e corda para fixação e estiramento. Conforme arte definida pela administração.	M²	110	96,25	10.587,50
47	FAIXA EM LONA COM CANELETAS - Lona frontal com impressão digital em policromia e verniz protetor UV. Acabamento lateral com canaletas plásticas para estruturação e fixação. Conforme arte definida pela administração.	M²	253	173,50	43.895,50
48	FAIXA EM LONA LONGA (4,00 X 0,80 m) - Medida 4,00 X 0,80 m. Lona Fosca 440g/m². Impressão Digital UV 4x0 (alta resistência). Acabamento: Ilhós metálicos perimetrais para fixação. Conforme arte definida pela administração.	UN	500	561,45	280.725,00
49	FAIXA EM LONA MÉDIA (3,00 x 1,00 m) - Medida 3,00 x 1,00 m. Lona Fosca 440g/m². Impressão Digital UV 4x0 (alta resistência). Acabamento: Ilhós metálicos perimetrais para fixação. Conforme arte definida pela administração.	UN	290	488,25	141.592,50
50	FAIXA EM LONA PEQUENA (2,00 x 0,80 m) - Medida 2,00 x 0,80 m. Lona Fosca 440g/m². Impressão Digital UV 4x0 (alta resistência). Acabamento: Ilhós metálicos perimetrais para fixação. Conforme arte definida pela administração.	UN	40	267,50	10.700,00
51	LONA BACKLIGHT PARA PAINEL LUMINOSO - Lona vinílica translúcida 440g com impressão digital em policromia. Inclui serviço de instalação em estrutura existente. Conforme arte definida pela administração.	M²	140	236,25	33.075,00
52	LONA FRONT REFORÇADA - Lona frontal 440g com trama de alta resistência de configuração de 500x500 fios. Inclui verniz protetor UV e serviço de instalação. Conforme arte definida pela administração.	M²	550	258,75	142.312,50
53	OUTDOOR EM LONA (9X3M) - Fornecimento e instalação de lona 440g, impressão digital e acabamento em verniz PU. Instalado em estrutura existente	UN	50	4.615,75	230.787,50
54	PAINEL EM LONA PARA FUNDO DE PALCO (BACKDROP) - Lona vinílica, impressão CMYK, acabamento fosco, com ilhós metálicos a cada 20/30cm, Bainha com Solda Eletrônica. Conforme arte definida pela administração.	M²	210	196,25	41.212,50
55	BONÉ ENCORPADO PERSONALIZADO - Tecido Brim 100% algodão ou Sarja de alta resistência, Tipo Americano (6 gomos), Ilhoses bordados, regulador de tamanho (fivela de metal ou fecho plástico tipo "snapback"). Logomarca em bordado de alta definição ou silk-screen emborrachado (conforme arte).	UN	2.320	63,25	146.740,00
56	BONÉ EM TACTEL PERSONALIZADO - Tecido Tactel (100% poliéster), Aba curva com 4 costuras, carneira interna de algodão, regulador traseiro em velcro ou fecho plástico. Logomarca em Silk-screen ou Sublimação.	UN	1.750	57,00	99.750,00
57	CRACHÁ EM PVC COM CORDÃO - PVC rígido 0,76mm (padrão cartão), 5,4 X 8,6 cm. Impressão 4x4 digital. CORDÃO: Poliéster 15mm com personalização em sublimação. ACABAMENTO: Garra jacaré ou mosquetão.	UN	4.000	39,33	157.333,33
58	ETIQUETA DE PATRIMÔNIO - Alumínio Anodizado 0,23 mm. Impressão 1x0 ou 4x0 (incluindo QR Code/Cód. Barras). Medida 4,5 x 1,5 cm. Acabamento: Adesivo de alta aderência (3M ou equivalente).	UN	17.500	8,19	143.281,25
59	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO EM CETIM - Tecido 100% poliéster (cetim). Dimensões 35x1,5cm. Impressão digital por sublimação. Acabamento com lacre de segurança plástico inviolável (antirretrocesso). onforme arte definida pela administração.	UN	15.500	6,58	101.912,50
60	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO EM TYVEK - Fibra de polietileno de alta densidade (Tyvek), antialérgica e resistente à água. Dimensões	UN	12.000	23,63	283.500,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

	25x2cm. Impressão colorida. Lacre adesivo inviolável com cortes de segurança (destrutível na remoção). Inclusa numeração sequencial para controle de público.				
61	CHEQUE SIMBÓLICO - PS 1mm ou PVC rígido. Impressão digital 4x0. Medida 80 x 0,40 cm. Acabamento: Laminação fosca (antirreflexo). Conforme arte. aplicado.	UN	65	105,00	6.825,00
62	CARIMBO AUTOMÁTICO COMPACTO (BOLSO) 3,8 x 1,4 CM - MEDIDA: 38 x 14 mm. ESTRUTURA: Design compacto em ABS, com trava de segurança lateral para transporte e tampa de proteção (opcional). TECNOLOGIA: Autoentintado com almofada interna de fácil substituição. BORRACHA: Gravação a laser de alta resolução para textos pequenos (até 3 linhas). Conforme arte da administração.	UN	800	63,25	50.600,00
63	CARIMBO AUTOMÁTICO CIRCULAR 30 mm (3,0 cm). - DIÂMETRO: 30 mm (3,0 cm). ESTRUTURA: Corpo em ABS de alta resistência, sistema autoentintado com trava de segurança. TECNOLOGIA: Visor circular superior para identificação da arte. BORRACHA: Polímero de alta precisão ou gravação a laser (nitidez para pequenos detalhes). ACABAMENTO: Almofada interna de feltro de alta densidade (cor preta). Conforme arte definida pela administração.	UN	60	102,50	6.150,00
64	CARIMBO AUTOMÁTICO PADRÃO ESCRITÓRIO 4,7 x 1,8 CM - MEDIDA: 47 x 18 mm. ESTRUTURA: Plástico ABS de alta resistência com visor panorâmico transparente para identificação da arte. TECNOLOGIA: Autoentintado com almofada interna de feltro de alta densidade (cor preta). BORRACHA: Polímero de alta precisão gravado a laser. CAPACIDADE: Suporta de 4 a 5 linhas de texto. Conforme arte da administração.	UN	290	103,25	29.942,50
65	CARIMBO AUTOMÁTICO QUADRADO GRANDE 5x4,5 CM - MEDIDA: Aproximadamente 5,0 x 4,5 cm. ESTRUTURA: Corpo em ABS de alta resistência com base larga para estabilidade da impressão. TECNOLOGIA: Autoentintado com sistema de amortecimento para pressão uniforme. VISOR: Identificador superior em tamanho real. BORRACHA: Gravação a laser em alta definição (borracha nitrílica ou polímero). Conforme arte da administração	UN	110	192,50	21.175,00
66	CARIMBO AUTOMÁTICO GRANDE (ASSINATURA) 70 x 25mm. - MEDIDA: 70 x 25mm. ESTRUTURA: Plástico ABS de alta resistência, com base reforçada e visor superior panorâmico. TECNOLOGIA: Autoentintado com almofada interna de feltro de alta densidade (preta). BORRACHA: Gravação a laser de alta definição (suporta até 7 linhas de texto). Conforme arte da administração.	UN	410	125,00	51.250,00
67	CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR - MEDIDA DA PLACA: Aprox. 4,0 x 4,0 cm. DATA: Ajustável através de roldanas laterais (dia/mês/ano). ESTRUTURA: Autoentintado em ABS de alta resistência com visor superior. ANO: Mínimo de 10 anos atualizados a partir do ano de compra. PERSONALIZAÇÃO: Espaço para texto acima e abaixo da data (Ex: "RECEBIDO EM").	UN	300	243,75	73.125,00
68	TROFÉU ACRÍLICO (PEQUENO - 15cm) - Acrílico leitoso 3mm, corte a laser. Personalização em tecnologia DTF. Arte fornecida pela Administração.	UN	100	52,00	5.200,00
69	TROFÉU ACRÍLICO (MÉDIO - 25cm) - Acrílico leitoso 3mm, corte a laser. Personalização em tecnologia DTF. Arte fornecida pela Administração.	UN	100	78,50	7.850,00
70	TROFÉU PREMIUM (PEQUENO Até 25cm) - Troféu personalizado com altura final de até 25 cm (incluindo a base). Corpo/placa vertical confeccionado em acrílico tipo cast (100% virgem) ou polímero de engenharia de alta densidade equivalente, com espessura mínima de 4 mm, corte a laser e bordas com acabamento polido (sem rebarbas). Base de sustentação plana e estável, confeccionada no mesmo material, com espessura mínima de 8 mm (admitindo-se base simples ou sobreposta). Personalização de alta resolução realizada por meio de impressão digital UV direta, tecnologia DTF (Direct to Film) ou aplicação de	UN	250	102,50	25.625,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

	película técnica resinada. Arte final e identidade visual fornecidas pela Administração Pública Municipal.				
71	TROFÉU PREMIUM (MÉDIO 26cm a 40cm) - Troféu personalizado com altura final entre 26 cm e 40 cm (incluindo a base). Corpo/placa vertical estruturado em acrílico tipo cast (100% virgem) ou polímero de engenharia de alta densidade equivalente, com espessura mínima de 5 mm, visando garantir a rigidez estrutural da peça contra deformações, com corte de precisão a laser e bordas polidas. Base de sustentação estável com área de contato proporcional à altura da peça, confeccionada em acrílico com espessura mínima de 10 mm (ou composição dupla sobreposta que atinja a especificação). Personalização em alta definição por meio de impressão digital UV direta ou tecnologia DTF. Arte final fornecida pela Administração Pública Municipal.	UN	150	251,25	37.687,50
72	TROFÉU PREMIUM (GRANDE 41cm a 60cm) - Troféu personalizado de grande porte com altura final entre 41 cm e 60 cm (incluindo a base), indicado para grandes honrarias e premiações oficiais. Corpo/placa vertical confeccionado em acrílico tipo cast (100% virgem) ou polímero de engenharia de alta densidade equivalente, com espessura mínima de 6 mm a 8 mm, garantindo total estabilidade, imponência e resistência mecânica ao conjunto. Corte robotizado a laser com acabamento de bordas finas e polidas. Base pesada e estável em acrílico ou material composto com espessura mínima de 15 mm (podendo ser chanfrada ou em blocos sobrepostos). Personalização premium em impressão digital UV direta ou tecnologia DTF de alta fidelidade cromática. Arte final fornecida pela Administração Pública Municipal.	UN	50	371,25	18.562,50
73	TROFÉU MDF (PEQUENO - 15cm) - MDF 6mm com revestimento, corte a laser e impressão UV direta. Arte fornecida pela Administração	UN	100	34,00	3.400,00
74	TROFÉU MDF (MÉDIO - 25cm) - MDF 6mm com revestimento, corte a laser e impressão UV direta. Arte fornecida pela Administração.	UN	100	52,00	5.200,00
75	MEDALHA EM POLÍMERO (Alta Densidade) - Diâmetro 6-8cm, personalizada. Incluso fita de pescoço. Ideal para eventos escolares/esportivos em massa.	UN	1.500	15,75	23.625,00
76	MEDALHA EM METAL (Fundido) - Diâmetro 6-8cm, acabamento Ouro/Prata/Bronze, personalizada. Incluso fita de pescoço. Ideal para pódios e homenagens oficiais.	UN	500	33,67	16.833,33
	Grupo 03 - Serviços Gráficos Editoriais, Impressão de Segurança e Expediente		-		
77	APOSTILA PERSONALIZADA EM CAPA DURA - Capa dura, miolo sulfite 75g/m² ou equivalente, 4x4 cores. Formato A4, até 50 pág. Conforme arte definida pela administração.	UN	1.000	39,33	39.333,33
78	APOSTILA PERSONALIZADA COLORIDA - Capa couché 180g/m² ou equivalente, miolo sulfite 75g/m² ou equivalente, 4x4 cores. A4, até 100 pág. Conforme arte definida pela administração.	UN	1.500	50,33	75.500,00
79	APOSTILA PERSONALIZADA P/B (ATÉ 100 PÁGINAS) - Capa colorida, miolo sulfite 75g/m² ou equivalente, 1x1 cor, espiral. Formato A4. Conforme arte definida pela administração.	UN	800	27,50	22.000,00
80	CARTILHA EXPLICATIVA (FORMATO REVISTA) - Papel 180g (Couché ou Offset), 4x0 cores. MIOLO: 48 ou 52 páginas (múltiplo de 4), Papel Offset mínimo 75g/m² (para evitar Medida 11 x 15 cm (aprox.), Grampo canoa ou lombada quadrada.s. F16. Conforme arte definida pela administração.	UN	3.000	30,17	90.500,00
81	LIVRETO 15x21 (ESTRUTURADO) - Formato fechado 15x21cm. Capa em Papel Couché Fosco 170g e miolo em Papel Couché Fosco 120g. Impressão colorida (4x4). Acabamento com dobra e 02 grampos centrais (estilo canoa). Mínimo de 08 páginas. Conforme arte definida pela administração.	UN	4.200	22,83	95.900,00
82	LIVRO CAPA DURA - Capa rígida em papelão 2mm revestida em papel couché com laminação protetora. Miolo em papel couché 120g ou offset 90g. Impressão colorida (4x4). Acabamento com costura e colagem (hot-melt). Conforme arte definida pela administração.	UN	400	161,67	64.666,67



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

83	REVISTA A4 PERSONALIZADA - Formato fechado A4. Capa em Couché 250g e Miolo em Couché 115g. Impressão colorida (4x4). Acabamento com dobra, 02 grampos canoa e refil trilatério. Total de 16 páginas (incluindo capa). Conforme arte da administração.	UN	8.000	67,00	536.000,00
84	CARTELA DE BINGO PERSONALIZADA COM DADOS VARIÁVEIS - Papel Offset 150g/m² ou equivalente, policromia 4x0, numeração variável. Formato A4. Conforme arte definida pela administração.	UN	5.300	2,77	14.663,33
85	BLOCO DE CONTROLE VIÁRIO (AUTOCOPIATIVO 2 VIAS) - Papel autocopiativo 75g/m² ou equivalente, 2 vias coloridas, 1x0 cor, numerado, picotado, bloco c/ 50 jogos. 15x21cm, (Atende: Multas, Infrações e Advertências da Secretaria de Trânsito) Conforme arte definida pela administração.	UN	500	35,50	17.750,00
86	BLOCO PADRÃO (SIMPLES/COLADO) - Capa sulfite 120g/m², miolo 100 fls sulfite 75g/m² ou equivalente, 4x0. Formato A5. Conforme arte definida pela administração.	UN	360	19,50	7.020,00
87	BLOCO DE TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - Papel autocopiativo, 3 vias coloridas, 1x0 cor, numerado, bloco c/ 50 jogos. 15x10cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	250	43,67	10.916,67
88	BLOCOBLOCO DE AUTO DE INFRAÇÃO (3 VIAS) - Papel 73g/m² ou equivalente, 1x0 cor, 3 vias autocópia numeradas, bloco c/ 50 jogos. Dimensões: 15x21cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	200	43,67	8.733,33
89	BLOCO DE LAUDO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA - Papel couché 230g/m² ou equivalente, 4x0 cores, formato F9, bloco c/ 100 folhas. Conforme arte definida pela administração.	UN	250	52,67	13.166,67
90	BLOCO DE NOTIFICAÇÃO (AUTOCÓPIA - 3 VIAS) - Papel carbonado, 3 vias coloridas, 1x0 cor. Bloco c/ 50 jogos. Formato A5, Dimensões: 14,8x21cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	2.000	45,83	91.666,67
91	BLOCO DE REQUISIÇÃO (2 VIAS) - Papel autocopiativo 54g, 2 vias (1ª Branca / 2ª Colorida), 1x0 cor, numerado, serrilha para destaque da 1ª via, bloco c/ 50 jogos. FORMATO: A5 (15x21cm). Conforme arte definida pela administração.	UN	2.000	44,17	88.333,33
92	BLOCO DE REQUISIÇÃO (3 VIAS) - Papel autocopiativo 54g, 3 vias (1ª Branca, 2ª Amarela, 3ª Rosa/Azul), 1x0 cor, numerado, serrilha para destaque das 2 primeiras vias, bloco c/ 50 jogos. FORMATO: A5 14,8x21cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	3.000	27,50	82.500,00
93	BLOCO DE COMBUSTÍVEL (3 VIAS) - Papel 54g/m² ou equivalente, 3 vias (1ª Branca, 2ª Amarela, 3ª Rosa), 1x0 (preto), numerado, serrilha para destaque das 2 primeiras vias, capa em papel Kraftbloco c/ 50 jogos, FORMATO: A5 ou 10x15cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	2.200	37,50	82.500,00
94	BLOCO DE RECOLHIMENTO - Papel resistente Autocopiativo 54g ou superior, 2 vias (Original e Cópia), Frente e Verso (1x1 ou 4x4), bloco c/ 100 folhas. Numeração sequencial e serrilha para destaque. Formato A4. Conforme arte definida pela administração.	UN	200	30,50	6.100,00
95	BLOCO DE IDENTIFICAÇÃO (2 VIAS) - Papel Offset ou Couché 150g, 1 via com canhoto destacável, 1x0 cor, Numeração sequencial, serrilha (picote) para destaque do canhoto e blocagem com 50 folhas. FORMATO: A6 (10x15cm). Conforme arte definida pela administração.	UN	2.000	26,33	52.666,67
96	BLOCO SUBEMPENHO - Papel sulfite 75g/m² ou equivalente, cor vermelha, 1 via (folhas simples), bloco c/ 100 folhas, 1x0 cores (Preto). FORMATO: A5 (14,8 x 21 cm). Blocagem com cola no topo, Conforme arte definida pela administração.	UN	200	23,00	4.600,00
97	CAPA PARA ALVARÁ PERSONALIZADA - Cartão Triplex 300g ou Couché 300g, 4x0 cores (Colorida externa). Vinco central, bolsa interna colada (para prender o documento) e verniz UV total frente. FORMATO ABERTO: 44x31cm (aprox.). FORMATO FECHADO: 22x31cm (para documentos A4).. Conforme arte definida pela administração.	UN	10.000	2,60	26.000,00
98	CAPA PARA CARNÊ DE IPTU - Papel couché 150g/m² ou equivalente, frente colorida. Vinco central para dobra, sem bolsa	UN	18.000	2,70	48.600,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

	(modelo encarte). FORMATO ABERTO: 21x30cm (aprox.). Conforme arte definida pela administração.				
99	CARTÃO DE ANIVERSÁRIO PERSONALIZADO - Papel Colorido (tipo Color Plus 180g/m ² ou equivalente de alta gramatura, medida: 10X15 cm, Frente e verso. Envelope de proteção em papel compatível (gramatura mínima 90g/m ²), tamanho 11 x 16 cm, cor coordenada com o cartão. Corte reto e vinco central. Personalizada conforme arte da administração	UN	500	3,75	1.875,00
100	CARTÃO DE VISITA INSTITUCIONAL - Papel Couché 300g/m ² ou Triplex 300g/m ² , 4x4 cores (Colorido Frente e Verso). Verniz UV total (Frente) ou Laminação Fosca (BOPP). Corte reto. MEDIDA: 9 x 5 cm (Padrão).Conforme arte definida pela administração (Brasão, Dados de Contato e Cargo).	CENTRO	100	61,75	6.175,00
101	ENVELOPE SACO PERSONALIZADO OFFSET A4 - Papel Offset 120g/m ² ou equivalente, 4x0 (colorida frente/brasão). 22,9x32,4 cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	7.000	3,45	24.150,00
102	ENVELOPE SACO PERSONALIZADO KRAFT OURO A4 - Papel Kraft Ouro 120g/m ² ou equivalente, 4x0 (colorida frente/brasão). 22,9x32,4 cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	2.000	3,95	7.900,00
103	ENVELOPE CARTA PERSONALIZADO - Papel sulfite 75g/m ² ou equivalente, 4x0 (colorida frente/brasão), 11,4 X 22,9 cm, corte e colagem. Conforme arte definida pela administração.	UN	5.500	2,63	14.437,50
104	ENVELOPE SACO OFÍCIO PERSONALIZADO - Papel Offset 120g/m ² ou equivalente, 4x0 cores (colorida frente/brasão). 24,2x33,6 cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	5.000	3,88	19.375,00
105	PASTA PERSONALIZADA (PADRÃO) - Formato aberto 44x31cm. Papel Couché Fosco 300g. Impressão colorida. Bolsa interna colada. Acabamento com vinco e lombro de 5mm. Conforme arte definida pela administração.	UN	2.000	7,80	15.600,00
106	PASTA PERSONALIZADA EVENTOS - Papel Couché Fosco 300g. Formato 44x31cm (aberto). Impressão colorida. Bolsa interna colada com recorte para encaixe de cartão de visitas. Acabamento com vinco e lombro 5mm. Conforme arte definida pela administração.	UN	6.000	9,30	55.800,00
107	PASTA PARA PROCESSO PERSONALIZADA - Formato aberto 44x31cm. Papel Triplex 350g ou Duplex 350g (alta gramatura). Impressão colorida na face externa. Acabamento com 02 vincos (lombo expansível) e 04 furos para fixação de grampos trilho. Conforme arte definida pela administração.	UN	6.500	10,50	68.250,00
108	PASTA PORTA-TÍTULO PERSONALIZADA - Formato aberto 44x31cm. Cartão Monolúcido 300g/m ² (massa branca). Impressão colorida (4x0). Acabamento com bolsa interna colada, vinco central e lombro de 5mm para expansão. Refile reto. Conforme arte definida pela administração.	UN	2.000	7,13	14.250,00
109	BLOCO DE RECIBO COMERCIAL PERSONALIZADO - Formato A5 (14,8 x 21 cm). Papel Autocopiativo 54g (2 vias: 1ª branca / 2ª colorida). Impressão colorida ou preto. Acabamento com numeração sequencial, serrilha para destaque na 1ª via e blocagem com 50 jogos por bloco. Conforme arte definida pela administração.	UN	200	34,50	6.900,00
110	CALENDÁRIO ESCOLAR (CARTAZ) - Papel Couché Brilho ou Fosco 170g ou 210g (gramatura superior para maior durabilidade). 4x0 cores (Colorido apenas frente). Corte reto. FORMATO: A3. Conforme arte definida pela administração (contendo dias letivos, feriados e eventos).	UN	600	8,58	5.145,00
111	CALENDÁRIO DE MESA PERSONALIZADO - Papel Cartão Triplex 300g ou Couché 300g com vinco para sustentação em "V" invertido, 12 folhas (meses) + Capa, em papel Couché 150g ou 170g, 4x4 cores (Frente e Verso). Encadernação tipo Wire-o (garra metálica dupla). FORMATO: 15x20cm (ou similar). Conforme arte da administração.	UN	500	19,33	9.666,67
112	CARTAZ INSTITUCIONAL GRANDE (A1) - Papel Couché Brilho ou Fosco, gramatura mínima de 150g/m ² , 4x0 cores (Colorida apenas frente), Corte reto. Medida 59,4 x 84,1 cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	5.000	17,35	86.750,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

113	CARTAZ INSTITUCIONAL MÉDIO (A2) - Papel Couché Brilho ou Fosco, gramatura mínima de 150g/m ² , 4x0 cores (Colorida apenas frente), Corte reto. Medida 42,0 x 59,4 cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	4.500	11,15	50.175,00
114	CARTAZ INSTITUCIONAL PEQUENO (A3) - Papel Couché Brilho ou Fosco, gramatura mínima de 150g/m ² , 4x0 cores (Colorida apenas frente), Corte reto. Medida 29,7 x 42,0 cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	4.500	9,00	40.500,00
115	CERTIFICADO / DIPLOMA (FORMATO F9) - Papel couché 230g/m ² ou equivalente, frente colorida. 22x32cm. Conforme arte definida pela administração.	UN	15.000	6,38	95.625,00
116	CONJUNTO CERTIFICADO COM ENVELOPE (G) Papel couché 230g/m ² ou equivalente, colorido, inclui envelope. 14,5x20cm. Conforme arte definida pela administração.	CONJ	7.000	6,57	45.966,67
117	FOLDER PERSONALIZADO A4 (1 DOBRA) - Aberto: 21x29,7cm. Fechado: 21x14,8cm (A5). Papel Couché 150g. Impressão 4x4. Dobra vincada. Conforme arte definida pela administração.	UN	10.500	3,40	35.700,00
118	FOLDER PERSONALIZADO A4 (2 DOBRAS) - Aberto: 21x29,7cm. Fechado: 10x21cm (DL). Papel Couché 150g. Impressão 4x4. 2 dobras vincadas. Conforme arte definida pela administração.	UN	11.000	3,78	41.525,00
119	FOLDER PERSONALIZADO A3 (1 DOBRA) - Aberto: 42x29,7cm. Fechado: 21x29,7cm (A4). Papel Couché 170g. Impressão 4x4. Dobra vincada. Conforme arte definida pela administração.	UN	24.000	5,20	124.800,00
120	FOLDER PERSONALIZADO F4 (COM 3 DOBRAS) - Formato aberto: 21 X 33 cm. Formato fechado: 8,25 x 21 cm (aproximado). Papel Couché Fosco ou Brilho 115g/m ² a 150g/m ² . Impressão colorida 4x4 cores. Acabamento: Refile e 3 dobras vincadas. Conforme arte definida pela administração.	UN	25.000	4,38	109.375,00
121	FOLHETO PERSONALIZADO (CORTE RETO) - Medida 14,8 x 21 cm. Papel Couché Brilho ou Fosco 90g/m ² a 115g/m ² . Impressão colorida 4x0 (frente) ou 4x4 (frente e verso). Acabamento: Corte reto. Conforme arte definida pela administração.	UN	12.000	3,50	42.000,00
122	PANFLETO INSTITUCIONAL - Panfleto institucional em papel couché fosco 170 g/m ² ou equivalente, impressão colorida frente e verso (4x4 cores), formato aproximado 15 x 21 cm (A5), conforme arte gráfica fornecida pela administração.	CENT O	45	395,00	17.775,00
123	OUTDOOR EM PAPEL (LAMBE-LAMBE) - Impressão digital em papel offset (gramatura mínima 115g), resistente à água. Incluso serviço de colagem e acabamento com cola específica em painel de outdoor. Conforme arte definida pela administração.	M ²	950	79,33	75.366,67
124	INFORMATIVO F8 (COUCHÉ FOSCO) - Papel Couché Fosco 150g. Formato aproximado 20x33cm. Impressão colorida frente e verso (4x4). Acabamento de corte reto (sem dobras). Alta resolução de imagem e texto. Conforme arte definida pela administração.	UN	2.500	7,69	19.218,75
125	INFORMATIVO TRIMESTRAL (ESTRUTURADO) - Papel Couché Fosco 150g. Formato aberto A3, fechado A4. Total de 04 páginas. Impressão colorida (4x4) em todas as páginas. Acabamento com dobra vincada central. Conforme arte definida pela administração.	UN	350	29,50	10.325,00
126	CREDENCIAL PARA EVENTOS - Papel Couché 250g ou 300g. Impressão 4x4 (colorido frente/verso). Medida 10 X 14 cm. Acabamento: Furo ovoide central, e cordão liso.	UN	13.800	5,83	80.385,00
127	INGRESSO SEGURANÇA - Papel moeda ou filigranado (mínimo 90g). Medida: 15 x 5 cm. Impressão colorida com itens de segurança: tinta reagente à luz negra, fundo numismático, microletras e numeração sequencial. Acabamento com picote para canhoto. Conforme arte definida pela administração.	UN	11.000	1,45	15.950,00
128	ENCADERNAÇÃO ESPIRAL - Capa em PVC transparente (frente) e couro/preta (verso). Espiral plástico reforçado (diâmetro conforme nº de folhas). Até 400 folhas.	UN	710	47,25	33.547,50
Total estimado					8.646.123,05



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **no edital**;

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

Anexo ATA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0..../2026-CML/PMP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0..../2026 – CML/PMP.

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL..... O ATENDER A ADMINISTRAÇÃO.

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração.

Órgão Participante: Secretarias Municipais.

DATA: .../.../2026 - HORA: 10:00 horas.

Nome de Fantasia:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Bairro: Cidade:

TEM	PROD UTOS	U NID.	QU ANT.	P. UNIT.	MARCA/MODELO/PRODEC EDENCIA	OTAL
TOTAL						

CEP:

E-mail:..... Telefone: Fax:

Banco:

Conta Bancária:

Nome e nº da agência bancária:

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara, expressamente, por escrito:

a) Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;

b) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;

c) Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato.

d) A Validade da Proposta de Preços. Ressalva-se que a Validade mínima da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação dos envelopes de proposta de preços e de documentos para habilitação à Comissão Municipal de Contratação da Prefeitura Municipal de Parintins.

e) O Prazo de entrega / execução e demais especificações de acordo com as previsões do Anexo I.

Parintins/AM de ... de 20....

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal



DECRETO Nº 042/2023-PGMP

REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO E REGIONALIZADO, CONFORME DISPOSTO NO § 3º, ART. 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DECRETO 8.538 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015 MICRO EMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP, AGRICULTORES FAMILIARES E PRODUTORES RURAIS, PESSOA FÍSICA, MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS-MEI E SOCIEDADES COOPERATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS, OBJETIVANDO A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ÂMBITO LOCAL E SUB-REGIONAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **Frank Luiz da Cunha Garcia** no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Parintins no Amazonas, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fulcro no § 3º, art.48, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e:

CONSIDERANDO o tratamento diferenciado destinado a microempresas e empresas de pequeno porte previsto no § 3º, art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014;

CONSIDERANDO que as microempresas e empresas de pequeno porte são as maiores geradoras de emprego proporcionalmente no Brasil;

CONSIDERANDO que é um dever do Estado fomentar o mercado nacional, em particular os mercados regional e local;

CONSIDERANDO as recomendações da Corte de Contas do Estado do Amazonas no ALERTA Nº 02/2023-DICON/SECEX.

D E C R E T A:

Art. 1º. Nos processos de licitações públicas do Município de Parintins-AM, poderá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Micro Empresas - ME e Empresas de Pequeno Porte- EPP, agricultores familiares e produtores rurais, pessoa física, Micro Empreendedores Individuais - MEI e sociedades Cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e sub-regional.

I - Considera-se âmbito local as empresas sediadas exclusivamente nos limites geográficos do Município de Parintins-AM.

II - Considera-se âmbito sub-regional as empresas exclusivamente sediadas nos municípios da Região do Baixo Amazonas, (9ª Sub-Região) que trata o art. 26, inciso IX da Constituição do Estado do Amazonas, assim incorporados: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará.



III - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

IV - Constatando que as empresas que ficarem empatadas dentro da margem dos 10% (dez por cento) sejam ME e EPP, o critério de desempate será a prioridade para a empresa que se estabeleça no âmbito sub-regional ou local.

V - Admitir-se-á a participação de sociedades cooperativas nas licitações e contratações.

§ 1º. O disposto no “caput” deste artigo não se aplica à associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões, que não detenham qualquer meio de produção e cujos serviços sejam prestados de forma individual pelos seus associados.

§ 2º. Fica vedada a participação de cooperativa de mão de obra nas licitações e sua contratação, ainda que o objeto licitado ou contratado se enquadre na atividade direta e específica para a qual foi constituída, quando o trabalho a ser executado, por sua natureza, demandar execução em estado de subordinação e dependência, quer em relação ao fornecedor, quer em relação ao Município de Parintins/AM.

§ 3º. Sendo a concorrente microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja sede seja localizada no território do município Parintins/AM, que apresente a condição fixada no caput deste artigo, esta terá a preferência sobre as demais concorrentes, com fins específicos de fomento do mercado local.

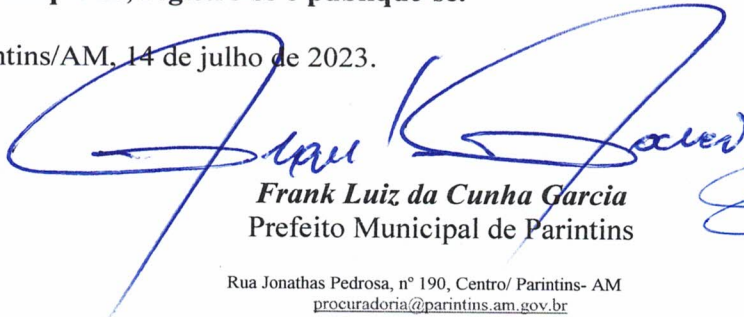
Art. 2º. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, fundos especiais, autarquias e fundações públicas e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º. Os certames atendidos por este Decreto deverão especificar as condições de tratamento favorecido, diferenciado, simplificado, e regionalizado para as microempresas ou empresas de pequeno porte no respectivo Edital, sem prejuízo das demais normas vigentes de favorecimento de microempresas e empresas de pequeno porte fixadas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015, e demais normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 062/2022 - PGMP, de 06 de maio de 2022.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Parintins/AM, 14 de julho de 2023.


Frank Luiz da Cunha Garcia
Prefeito Municipal de Parintins

Rua Jonathas Pedrosa, nº 190, Centro/ Parintins- AM
procuradoria@parintins.am.gov.br


Rondinelle Farias Viana
Procurador-Geral do Município de Parintins
Decreto nº 063/2021 - PGMP

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE PARINTINSPROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS -
PGMP
DECRETO Nº 042/2023-PGMP

REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO E REGIONALIZADO, CONFORME DISPOSTO NO § 3º, ART. 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DECRETO 8.538 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015 MICRO EMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP, AGRICULTORES FAMILIARES E PRODUTORES RURAIS, PESSOA FÍSICA, MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS-MEI E SOCIEDADES COOPERATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS, OBJETIVANDO A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ÂMBITO LOCAL E SUB-REGIONAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão *Frank Luiz da Cunha Garcia* no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Parintins no Amazonas, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fulcro no § 3º, art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e:

CONSIDERANDO o tratamento diferenciado destinado a microempresas e empresas de pequeno porte previsto no § 3º, art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014;

CONSIDERANDO que as microempresas e empresas de pequeno porte são as maiores geradoras de emprego proporcionalmente no Brasil;

CONSIDERANDO que é um dever do Estado fomentar o mercado nacional, em particular os mercados regional e local;

CONSIDERANDO as recomendações da Corte de Contas do Estado do Amazonas no ALERTA Nº 02/2023-DICON/SECEx.

D E C R E T A:

Art. 1º. Nos processos de licitações públicas do Município de Parintins-AM, poderá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Micro Empresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, agricultores familiares e produtores rurais, pessoa física, Micro Empreendedores Individuais - MEI e sociedades Cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e sub-regional.

I - Considera-se âmbito local as empresas sediadas exclusivamente nos limites geográficos do Município de Parintins-AM.

II - Considera-se âmbito sub-regional as empresas exclusivamente sediadas nos municípios da Região do Baixo Amazonas, (9ª Sub-Região) que trata o art. 26, inciso IX da Constituição do Estado do Amazonas, assim incorporados: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Uruará.

III - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

IV - Constatando que as empresas que ficarem empatadas dentro da margem dos 10% (dez por cento) sejam ME e EPP, o critério de desempate será a prioridade para a empresa que se estabeleça no âmbito sub-regional ou local.

V - Admitir-se-á a participação de sociedades cooperativas nas licitações e contratações.

§ 1º. O disposto no "caput" deste artigo não se aplica à associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões, que não detenham qualquer meio de produção e cujos serviços sejam prestados de forma individual pelos seus associados.

§ 2º. Fica vedada a participação de cooperativa de mão de obra nas licitações e sua contratação, ainda que o objeto licitado ou contratado se enquadre na atividade direta e específica para a qual foi constituída, quando o trabalho a ser executado, por sua natureza, demandar execução em estado de subordinação e dependência, quer em relação ao fornecedor, quer em relação ao Município de Parintins/AM.

§ 3º. Sendo a concorrente microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja sede seja localizada no território do município Parintins/AM, que apresente a condição fixada no caput deste artigo, esta terá a preferência sobre as demais concorrentes, com fins específicos de fomento do mercado local.

Art. 2º. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, fundos especiais, autarquias e fundações públicas e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º. Os certames atendidos por este Decreto deverão especificar as condições de tratamento favorecido, diferenciado, simplificado, e regionalizado para as microempresas ou empresas de pequeno porte no respectivo Edital, sem prejuízo das demais normas vigentes de favorecimento de microempresas e empresas de pequeno porte fixadas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015, e demais normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 062/2022 - PGMP, de 06 de maio de 2022.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Parintins/AM, 14 de julho de 2023.

FRANK LUIZ DA CUNHA GARCIA

Prefeito Municipal de Parintins

Publicado por:
Kellen Alves dos Santos
Código Identificador: LCEN20B7E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 18/07/2023 - Nº 3407. A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <https://diariomunicipalaam.org.br>